

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E OS POVOS INDÍGENAS

Natacha Souza das Neves Prosdocimo¹

João Carlos Pereira de Moraes²

Maria Arlete Rosa³

Resumo: O presente artigo reflete sobre a Educação Ambiental escolar, a partir da visão histórica e cultural dos povos indígenas. A pergunta que norteia a pesquisa é: Quais as contribuições dos povos indígenas para a Educação Ambiental? Os objetivos buscam a compreender a Educação Ambiental a partir dos valores e discutir a Educação Ambiental diante das tendências e das políticas educacionais. De início, destacam-se as contribuições de Krenak (2020), juntamente com as considerações teóricas de Freire (2016; 2020). Pensar com Krenak e Freire auxiliam a compreender o processo de colonização do país, a postura da sociedade brasileira e a relação opressor e oprimido. A metodologia da pesquisa tem origem bibliográfica.

Palavras-chave: Educação ambiental; Povos originários; Valores; Políticas Educacionais; Cultura.

Abstract: This article reflects on Environmental Education in schools, based on the historical and cultural perspective of indigenous peoples. The question that guides the research is: What are the contributions of indigenous peoples to Environmental Education? The objectives seek to understand Environmental Education based on values and discuss Environmental Education in light of trends and educational policies. Initially, the contributions of Krenak (2020) stand out, together with the theoretical considerations of Freire (2016; 2020). Thinking with Krenak and Freire helps to understand the process of colonization of the country, the stance of Brazilian society, and the relationship between oppressor and oppressed. The research methodology has bibliographic origins.

Keywords: Environmental education; Indigenous peoples; Values; Educational Policies; Culture.

¹ Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). natachaprosdocimo@alunos.utfpr.edu.br

² Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). joaomoraes@utfpr.edu.br

³ Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). mariaarleterosa@gmail.com

Introdução

O presente artigo reflete sobre a Educação Ambiental a partir da visão dos povos indígenas. A pergunta que norteia a pesquisa é: Quais as contribuições dos povos indígenas para a Educação Ambiental? Os objetivos buscam compreender a EA a partir dos valores indígenas e discutir a Educação Ambiental diante das tendências e das políticas educacionais.

De início, destacam-se as contribuições de Krenak (2020), juntamente com as considerações teóricas de Freire (2016; 2020). Pensar com Krenak e Freire auxiliam na compreensão do processo de colonização do país, a relação opressor e oprimido, que ainda se faz presente na atualidade e a postura da sociedade brasileira ao longo da história. Ao considerarmos que os pressupostos de conscientização de Freire, permanecem atuais e fomentam a utopia da educação como prática de liberdade, ousamos escrever um pouco sobre nossos interesses e estudos. Motivamos pela sabedoria e cultura indígena proporcionada pela leitura da obra de Ailton Krenak: “Ideias para adiar o fim do mundo”, em paralelo com a EA, são temas de aprofundamento e pesquisa dos autores.

A primeira sessão denominada: “Valores ambientais indígenas”, destaca o estudo exploratório sobre a temática, a caminhada junto com os povos indígenas, a cultura, valores, experiência e saberes voltados ao ambiente natural. Inspirados em autores indígenas como Ailton Krenak (2020), assumimos uma postura crítica, consciente, ética e responsável com o ambiente, diante dos desafios enfrentados na sociedade atual.

Já a segunda sessão intitulada: “Educação ambiental e sociedade”, traz autores referência, aponta pistas para a construção da EA crítica, discute o atual modelo de sociedade, o consumismo e a nossa inexperiência democrática decorrente do processo de colonização. Além de citar a Lei Federal nº 11.645/2008, que inclui no currículo a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, perpassando pela educação bancária, a educação da informação e a educação da experiência.

Na terceira sessão, “Educação e conscientização”, aponta-se os princípios fundamentais de Freire, que podem ser adaptados à EA, conscientização e uma educação crítica e transformadora. Uma educação reflexiva, questionadora que ultrapassa o campo da teoria e fomenta a ação. Que se preocupa com as causas e não somente com as consequências das nossas ações, tanto individuais quanto coletivas para a qualidade de vida no planeta.

Valores ambientais indígenas

A partir da leitura do livro “Ideias para adiar o fim do mundo” de Ailton Krenak e das discussões realizadas durante a disciplina de Tópicos Especiais II: Paulo Freire e um Ensino para adiar o fim do mundo, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, foi tecido o presente artigo, o qual objetiva relacionar os

conceitos abordados durante os encontros, com o tema de pesquisa da autores que trata da EA a partir dos valores indígenas.

Como professores, formadores e pesquisadores, inspirados em Paulo Freire, temos consciência que somos seres inacabados e somente por meio da pesquisa, da educação crítica, reflexiva, podemos transformar a realidade! Sendo assim, inicia-se a pesquisa exploratória por meio do levantamento de dados nos bancos de teses e dissertações com a palavra-chave: “Educação Ambiental Indígena”, na intenção de identificar estudos sobre a temática, as principais contribuições realizadas e as possíveis lacunas no sentido de delimitar o objeto de estudo no contexto da produção acadêmica. O levantamento foi realizado nas publicações entre 2000 até 2024. De tal modo, ao delimitar o período, foi possível identificar as contribuições publicadas sobre a temática, buscar a originalidade e a relevância da pesquisa.

Em levantamento bibliográfico nos bancos de teses e dissertações das principais plataformas como a: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), foram encontradas apenas 2 dissertações, sendo uma em Educação e a outra em Engenharia, Gestão de Processos, Sistemas e Ambiental, demonstrando um campo ainda a ser pesquisado.

Na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), também foram encontradas somente 2 dissertações sobre a temática de EA indígena, sendo uma delas a mesma da pesquisa anterior e a outra realizada pelo Programa de Ciências Ambientais.

Quanto a pesquisa no banco de dados na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), não foram localizadas pesquisas com a palavra-chave descrita. Outra fonte consultada foi o Repositório Institucional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), contendo uma dissertação pelo Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais e Sustentabilidade.

Já na biblioteca digital de teses e dissertações da Universidade Federal do Paraná (UFPR), foi encontrado o maior número de acervo, contendo cerca de 1.831 pesquisas, nos mais diversos programas, entre eles em: Educação, Geografia, História, Sociologia, Letras e Direito. Contudo, o número de pesquisas em educação ainda é baixo. Esse estudo exploratório demonstra a relevância de novos estudos e pesquisas sobre a temática no campo da EA a partir da visão indígena.

Nessa busca constante do conhecimento sobre a temática ambiental, a partir dos autores Krenak (2020) e Freire (2016; 2020) e da relação entre a humanidade e a natureza, parte-se do pressuposto que se faz necessário e urgente discutir, fortalecer e ressignificar as nossas atitudes e existência, diante do atual modelo de sociedade. Especialmente no campo educacional, repensar as atuais práticas de EA, dialogar, problematizar a realidade e dar a possibilidade de abertura para novas descobertas, que valorizem a história e a cultura da sociedade.

Sociedade que possui ao longo de sua trajetória o costume de não valorizar a cultura originária, a sua história, dando importância ao descobrimento do Brasil a partir da chegada dos portugueses, sendo que o país já era habitado pelos povos indígenas! Uma história que inicia de maneira equivocada, a partir da visão europeia, colonizadora, civilizatória, que segundo Krenak (2020, p.12), nos faz questionar se de fato “somos mesmo uma humanidade?”

Após tanta violência e exploração dos bens naturais, vivemos alienados desse organismo vivo, como se a Terra fosse uma coisa e a humanidade outra, porém poucos reconhecem que “tudo é natureza”, (Krenak, 2020, p.17), que somos natureza. Como cita o autor, fomos nos “descolando da Terra”, destruindo os ambientes naturais, passando a não nos sentirmos mais pertencentes a ela, como se a natureza estivesse separada da humanidade e estivesse a nossa disposição.

Nesse contexto, ainda temos muito a aprender com os povos originários, nossos ancestrais, que convivem mais de 524 anos em constante equilíbrio com o ambiente, de maneira consciente, ética, respeitosa, solicitando licença para retirar dele, somente o necessário para a sobrevivência, baseado na cosmovisão, na coletividade, na diversidade, na pluralidade e na valorização de cada ser vivo e não vivo, presente em seu entorno. Os povos indígenas, em sua experiência e sabedoria, aqui representados pelas palavras de Krenak (2020, p. 43), trazem a representação da Terra como “mãe provedora”, “Pacha Mama”, “Gaia”, Deusa perfeita, dotada de beleza e fartura, indispensável para a manutenção da vida, uma visão ética e responsável, que também compartilhamos e temos enorme admiração.

A cosmovisão indígena se baseia em uma profunda conexão com a natureza, reconhecendo a interdependência entre todos os seres vivos. Essa visão holística é fundamental para a construção de uma sociedade mais harmônica com o meio ambiente. Os povos indígenas são os principais guardiões das florestas e dos recursos naturais, resistindo à exploração predatória e defendendo seus territórios ancestrais. Essa resistência é crucial para a preservação ambiental e a proteção dos direitos dos povos indígenas (Matos *et al.*, 2024, p. 181).

Viver e bem-viver em perfeita comunhão com o rio, a montanha, a floresta, entre outros, nos traz emoções, lembranças e a sensação de felicidade, explicadas pelo conceito de “biofilia”, certa tendência humana de se conectar com o natural, o que explica a curiosidade das crianças pequenas em descobrir e experienciar cada elemento natural. Mas que nós adultos, modificamos tal experiência, pelo interesse, necessidade de apropriação, de transformar tudo em mercadoria e fonte de renda. Interesses muitas vezes individuais e políticos que se sobrepõem ao bem comum coletivo, colocam o Estado contra a comunidade indígena, chamado por Krenak (2020, p. 39-40), “dilema político”, pois “até hoje precisam disputar a sobrevivência [...] e os últimos redutos de natureza”.

Relação equivocada, já que desde a Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 231 e 232, a Lei reconhece, protege e faz respeitar as comunidades e as terras indígenas, sendo dever da União garantir os seus direitos. Mas muitas vezes a legislação não é respeitada, sendo necessário retomar a discussão, pois a luta é de todos nós, que trazemos em nossa ancestralidade o sangue originário.

Diferentemente da visão indígena, quando passamos a dominar os bens naturais e a utilizá-los como recurso (visão antropocêntrica do homem no centro), demonstramos uma ruptura na “teia da vida”, enfraquecemos tal relação. Sem consciência da preciosidade que foi dada de presente para a humanidade, mas que infelizmente se sobrepõe à ganância e o poder. Talvez, quando vier a consciência tal valor, seja tarde demais, pois, costuma-se só dar valor quando se perde! Sociedade direcionada a “falência”, como relata Krenak (2020), que prega a cada dia o fim do mundo, mas ao longo de cinco séculos, a margem da sociedade, os povos originários seguem sendo fonte de coragem, inspiração e resistência!

A possibilidade de ver o mundo de outra maneira, a partir do tom de testemunho do autor, nos convida a pensar diferente e a apreciar os seres vivos ainda presentes, como parte da nossa família. Ressignificar o ambiente em que se vive, valorizar a construção histórica, conhecer diferentes culturas, aprender com os valores e saberes indígenas. Por meio da educação, que é um processo, desconstruir alguns estereótipos, preconceitos e termos ultrapassados, tais como: “índio” e “tribo”, que já não representam e valorizam a diversidade dos povos, para construir novas práticas.

A partir da necessidade em desenvolver novas práticas, é construída pelos autores, embasadas em Krenak, 10 princípios essenciais de seu pensamento, sendo eles:

- 1)Crítica a sociedade moderna, a ideia de humanidade e sub-humanidade;
 - 2)Rejeita a visão antropocêntrica de dominação da natureza;
 - 3)Conceito que tudo é mercadoria e está à disposição do ser humano;
 - 4)Dilema político do Estado X comunidade;
 - 5)Valorização da resistência e coragem dos povos originários;
 - 6)Estímulo a outras visões, entendimentos, relação de coletividade, diversidade e pluralidade;
 - 7) Enaltecer a ancestralidade, os saberes, a experiência e a cosmovisão;
 - 8)Postura crítica, consciente, ética e responsável;
 - 9)Sair da negação e partir para a ação;
 - 10)Visão da Terra como mãe;
- FONTE: Adaptado de KRENAK, 2020.

Partilhamos da sensibilidade de Krenak ao considerarmos os princípios acima descritos, tendo como base a valorização, a natureza no eu, no outro e no

Revbea, São Paulo, V. 20, Nº 4: 164-178, 2025.

ambiente, dos danos que estão sendo causados a cada minuto, ao acompanhar os noticiários nas mídias, situações que nos incomodam profundamente. Cientes que estamos todos conectados na “teia da vida”, tanto as nossas ações individuais, quanto as coletivas, mais cedo ou mais tarde, trazem consequências locais e globais, que geralmente afetam as populações mais vulneráveis.

A partir dessas visões, das relações periféricas, dos modos de vida e das culturas ambientais, aqui direcionadas aos olhares indígenas, o que a visão indígena tem a compartilhar? É possível respeitar o ambiente como um bem natural e não como um recurso a ser explorado e transformado em mercadoria? Como equilibrar as nossas ações levando em consideração a vida no planeta Terra? Tais problemáticas nos movem e conduzem para a ampliação do estudo e pesquisa sobre a relação natureza, homem e sociedade. Assumir uma ideia de humanidade crítica, consciente, ética e responsável, assim como, reordenar as relações e entendimentos, baseados na experiência e nos saberes ancestrais, seriam o caminho para adiar o fim do mundo?

Educação ambiental e sociedade

Nessa perspectiva, Krenak (2020, p 41), afirma que o mundo continuará a existir, o que pode chegar ao fim, será a nossa existência, já que o modelo de sociedade e política, contribuem para o agravamento e incentivam ainda mais a “exaustão da natureza”.

Já, Mauro Guimarães (1995, p. 13), um dos principais autores em EA, considera a dominação como parte do modelo de sociedade moderna, baseada no crescimento econômico, na extração ilimitada dos recursos naturais, na acumulação contínua, na produção de bens e afirma que “criou-se com isso uma sociedade consumista, de recursos, capitais e bens”. Destaca a grande produção, geração de resíduos, o aumento da poluição das águas, do ar e do solo. A sociedade tem dificuldade em reparar e reverter os danos causados ao meio ambiente. Por exemplo, se compararmos a destruição é muito mais rápida que a reconstrução, uma árvore, leva anos para crescer, dar frutos e em alguns minutos pode ser destruída.

Estudos recentes apontam a necessidade da adaptação e mitigação frente as mudanças climáticas. A educação para as mudanças climáticas já é uma realidade internacional e começa a ser introduzida nos currículos escolares nacionais. Contudo, não podemos delegar tal responsabilidade somente para as futuras gerações, é preciso agir agora!

Loureiro (2006, p. 107) acrescenta não haver modelo pronto, “a Educação Ambiental crítica não se realiza do sujeito para o mundo, mas entre sujeitos que coletivamente agem para transformar o mundo e se transformar”. Assim como Freire, o autor acredita que o conhecimento não termina, trata-se de um ciclo contínuo de ação-reflexão e pensamento-ação na busca da superação do senso comum para o pensamento crítico da realidade. Após estudos, podemos descrever a EA crítica como complexa, pois, não é somente teoria e tampouco

uma prática pontual ou fragmentada. Mas uma educação fundamentada na práxis, transversal, reflexiva, problematizadora, transformadora da realidade, com base no diálogo, na participação e na emancipação dos sujeitos.

Como mencionado anteriormente, o governo tem por dever assegurar os direitos de grupos locais de origem, mas parece que os povos indígenas lutam sozinhos pela sua sobrevivência. A grande questão que Krenak nos chama a atenção é: “o que está na base da história do nosso país, que continua a ser incapaz de acolher os seus habitantes originais” [...] (Krenak, 2020, p. 40). Optou-se pela visão europeia de descobrimento, aliada a desvalorização e o apagamento da história e cultura dos povos indígenas brasileiros. A educação brasileira traz fortes influências europeias, é importada e considerada como boa, mas é preciso compreender que somos e temos nosso próprio contexto, história e cultura.

Nesse sentido, a Lei Federal nº 11.645, de 10 de março de 2008, vem para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, tanto nos estabelecimentos públicos quanto nos privados, na tentativa do resgate das suas contribuições para a história do Brasil, descreve que serão ministradas ao longo do currículo, mas especialmente em educação artística, literatura e história brasileira. Consideramos um primeiro passo diante do enorme desafio da mudança de paradigma na sociedade.

O livro “Ideias para adiar o fim do mundo”, traz muitas reflexões e questionamentos sobre o atual modelo de sociedade, como: Onde foi que erramos e continuamos a errar? E o que é necessário acontecer para percebermos o impacto que nossas ações estão causando? Nós passamos a conviver com as consequências dos nossos atos, as mudanças climáticas demonstram que algo não vai bem e precisa ser modificado! Contudo, como humanidade, não somos capazes de perceber, ou continuamos negando todas as respostas que a natureza vem nos apresentando cotidianamente! Krenak (2020), chama de cegueira tal postura e nos convida a cooperar uns com os outros:

E se pudermos dar atenção a alguma visão que escape a essa cegueira que estamos vivendo no mundo todo, talvez ela possa abrir a nossa mente para alguma cooperação entre os povos, não para salvar os outros, mas para salvar a nós mesmos. (Krenak, 2020, p.44).

Salvar o planeta de nós mesmos, parece estranho, mas o peso das nossas escolhas está cada vez mais pesado de carregar e quem mais sofre são os que menos tem culpa. No mundo onde “tudo é mercadoria” Krenak (2020, p. 45), destaca que “todos precisam despertar”. Despertar para uma EA consciente, com compromisso e ação responsável, não como produtora, consumidora e mercadológica.

Revbea, São Paulo, V. 20, Nº 4: 164-178, 2025.

Governo, educação e sociedade unidos e fortalecidos na promoção da EA crítica e transformadora em prol da nossa casa comum e de todas as formas de vida. Pois, quem irá lutar pela fauna e flora existente, nós somos seus representantes racionais, embora parte da população viva em negação, quem irá falar por elas?

Destaca-se assim, a relevância de encontros, formações, o presente texto que se lê, como forma de comunicar e compartilhar discussões fomentadas a partir da literatura, que fomenta a visão a partir de um povo originário que tem tanto a compartilhar.

Tomara que estes encontros criativos que ainda estamos tendo a oportunidade de manter animem a nossa prática, a nossa ação, e nos deem coragem para sair de uma atitude de negação da vida para um compromisso com a vida, em qualquer lugar, superando as nossas incapacidades de estender a visão de lugares para além daqueles a que estamos apegados e onde vivemos [...] (Krenak, 2020, p.50).

Práticas educativas, como por exemplo, as disciplinas nas universidades, que abordem as atuais problemáticas ambientais, promovem desconforto, e de certo modo, nos fortalecem, nos enchem de coragem para enfrentar os desafios diários que incentivam cada vez mais o consumo e negam a diversidade. A Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, a qual estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA), em seu Art. 7º, reafirma:

Em conformidade com a Lei nº 9.795, de 1999, reafirma-se que a Educação Ambiental é componente integrante, essencial e permanente da Educação Nacional, devendo estar presente, de forma articulada, nos níveis e modalidades da Educação Básica e da Educação Superior, para isso devendo as instituições de ensino promovê-la integralmente nos seus projetos institucionais e pedagógicos.

Nessa linha, todas as instituições nacionais devem promover a EA em todos os seus níveis de ensino. Ao considerar o espaço educativo como um agente transformador da sociedade, para as atuais e futuras gerações, sugere-se pensar globalmente e agir localmente nas problemáticas de cada realidade. No dia a dia, nas pequenas atitudes, sensibilizar as pessoas ao nosso redor, para assim, transformar o mundo.

Pois, é preciso esperar, como já dizia Paulo Freire e escrever um novo capítulo, essencial para a história, a partir de autores indígenas contemporâneos, dentre eles: Davi Kopenawa, Daniel Munduruku e Ailton Krenak (2020, p. 52), refletir sobre o “sentido da vida se não fosse informado por sonhos”. Sonhos que nos mantêm vivos, nos fazem lutar no constante desejo e

busca do caminho para o equilíbrio harmonioso na conturbada relação com a mãe Terra.

Caminho esse, que exige algumas vezes, dar um passo para trás, reavaliar a ideologia de progresso/desenvolvimento e repensar as práticas de consumo, na busca por equilíbrio, para o bem-estar e qualidade de vida no planeta.

Inspirados em Freire temos consciência que somos seres inacabados, produtores de história e cultura, que não é estática, é construída e reconstruída constantemente. Segundo Freire (2020, p. 58), nós herdamos a experiência adquirida:

Herdando a experiência adquirida, criando e recriando, integrando-se às condições de seu contexto, respondendo a seus desafios, objetivando-se a si próprio, discernindo, transcendendo, lança-se o homem num domínio que lhe é exclusivo - o da história e o da cultura.

Ao longo da nossa existência, vamos adquirindo uma bagagem, conhecimentos, sabedorias, experimentos observados e experiências vividas, aprendizagens construídas no trabalho colaborativo, por isso, a importância de não se repetir a educação bancária, aquela em que somente o professor é o detentor do saber e deposita conhecimentos nos educandos. Mas sim, uma educação linear, horizontal, baseada no diálogo e na problematização, onde se valoriza a troca de saberes e o protagonismo do sujeito, necessários para o tornar consciente, crítico e atuante na sociedade.

A visão eurocêntrica decorrente da colonização do país, não nos possibilitou a visão da totalidade e do exercício da democracia. Freire (2020, p. 89), salienta: “a nossa colonização foi, sobretudo, uma empreitada comercial. Os nossos colonizadores não tiveram - e dificilmente poderiam ter tido - intenção de criar, na terra descoberta, uma civilização. Interessava-lhes a exploração comercial da terra”. E atualmente estamos sofrendo as consequências da colonização predatória, da massificação, do mutismo, da inexperience política e democrática.

Para Freire (2020, p. 113), a contribuição do educador brasileiro à sua sociedade há de ser uma educação crítica, para a superação da inexperience democrática com experiências participativas:

De uma educação que levasse o homem a uma nova postura diante dos problemas de seu tempo e de seu espaço. A da intimidade com eles. A da pesquisa em vez de mera, perigosa e enfadonha repetição de trechos e de afirmações desconectadas das suas condições mesmas de vida. A educação do “eu me maravilho” e não apenas do “eu fabrico”. A da vitalidade em vez daquela que insiste na transmissão [...] (FREIRE, 2020, p. 122).

Freire no livro: Educação como prática da liberdade (2020), sugere alguns pontos para superar a visão ingênua, para a visão crítica, tendo em vista uma educação corajosa, como instrumento para a mudança de postura e atitude, tais como: substituir a passividade e o mutismo pela participação e o debate sobre a realidade.

Nesse contexto, Bondía (2002, p. 21), acrescenta a ideia de “dar sentido ao que somos e ao que nos acontece”, sair do silenciamento, do excesso de informações para experienciar. Segundo o autor, “a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca”. Surge assim, a possibilidade de transformar a “educação da informação” para a “educação da experiência” (grifo nosso). A passagem da quantidade de conteúdos informativos, para a qualidade de experiências vivenciadas na prática, para atribuir sentido ao que acontece. Nesse sentido, Freire e Bondía conversam em relação a aprendizagem significativa. Não basta informar, é necessário discutir e questionar a realidade. O que muitas vezes é negligenciado cotidianamente pela falta de tempo.

A velocidade com que nos são dados os acontecimentos e a obsessão pela novidade, pelo novo, que caracteriza o mundo moderno, impedem a conexão significativa entre acontecimentos. Impedem também a memória, já que cada acontecimento é imediatamente substituído por outro que igualmente nos excita por um momento, mas sem deixar qualquer vestígio. O sujeito moderno não só está informado e opina, mas também é um consumidor voraz e insaciável de notícias, de novidades, um curioso impenitente, eternamente insatisfeito. (Bondía, 2002, p. 23).

Sujeitos com cada vez mais acesso à informação, detentores de opinião, que geram a polarização e a falta de aprofundamento e experiência. O autor ainda acrescenta o termo “saber da experiência”, saber distinto do saber científico e do saber da informação, o qual “se dá na relação entre o conhecimento e a vida humana” (Bondía, 2002, p. 26).

Podemos relacionar o saber da experiência ao saber das culturas originárias, experiências assim como o de tantas outras culturas, que foram vivenciadas ao longo do tempo, mas que são pouco valorizados. Em resumo, embasados em Bondía (2022, p. 28), podemos definir a experiência como: singular, heterogênea, plural, não repetível, incerta, “uma abertura para o desconhecido”. Cada sujeito vivencia de uma maneira o acontecimento, ou seja, a experiência não pode ser coletiva, é única!

Da mesma forma que apontam Krenak, Freire e Bondía, a EA precisa proporcionar sentido, ser experienciada, desenvolver a emancipação e a consciência crítica. Lima (2002, p. 12-13), em um de seus textos, caracteriza as macrotendências de Educação Ambiental como: conservadora e emancipatória, sendo conservadora aquela visão reducionista, conservacionista, naturalista e

despolitizada e a emancipatória, compreendida como uma visão complexa, libertária, crítica, democrática, politizada, ética, dialógica e transformadora. Nesse sentido, abordaremos na próxima seção a relevância do processo de conscientização, de Paulo Freire, para o desvelamento da realidade.

Educação e conscientização

Paulo Freire traz o termo conscientização, “como prática da liberdade, um ato de conhecimento, uma abordagem crítica da realidade”. (Freire, 2016, p. 55). Trata-se de um processo, que tem em sua essência, a possibilidade de libertar o sujeito do senso comum, da massificação da sociedade, na passagem para uma nova visão de mundo e conscientização da realidade.

No primeiro momento, não se tem a consciência crítica da realidade, mas sim, uma posição ingênua, entretanto a partir do momento em que se passa a refletir e a olhar o objeto de outra posição, a tomada de consciência tem o objetivo de analisar e desvelar o que está por traz, escondido, cercado de interesses, que muitas vezes não ficam a luz. “Assim, conscientização é o teste da realidade. Quanto mais nos conscientizamos, mais desvelamos a realidade” [...] “Ela não pode existir fora da práxis, ou seja, fora do ato” ação-reflexão”. (Freire, 2016, p. 56). Numa dialética perfeita que exige engajamento, reflexão crítica e ação. Baseado no autor, pode-se dizer que a conscientização é um processo que revela a realidade, no intuito de transformá-la. Pautados não em uma utopia irrealizável, no idealismo, mas na utopia que exige conhecimento crítico para traçar um objetivo e caminhar em direção.

A conscientização está evidentemente ligada à utopia, que modo implica a utopia. Quanto mais conscientizados somos, sobretudo pelo engajamento de transformações que assumimos, mais anunciadores e denunciadores nos tornamos. Mas essa posição deve ser permanente: a partir do momento em que denunciemos uma estrutura desumanizadora, sem nos engajar na realidade, a partir do momento em que alcançamos a conscientização do projeto, acabamos por nos burocratizar se deixamos de ser utopistas. (Freire, 2016, p. 59).

A relação de conscientização está ligada à utopia, no sentido, de que quanto mais conscientizados somos pelo engajamento, mais anunciadores e denunciadores nos tornamos. Freire, nos convida a conscientização, para apossar-se da realidade para desmistificá-la e assim, romper a realidade que nos oprime. Desvelar para conhecer, conhecer para superar “os mitos que enganam e ajudam a manter a realidade da estrutura dominante.” (Freire, 2016, p. 60).

A educação tem o poder, ou não, de possibilitar a visão crítica, desvelar a realidade e libertar os homens. Uma vez descoberta, não se pode “desver” e a

Revbea, São Paulo, V. 20, Nº 4: 164-178, 2025.

partir de então, já não somos mais os mesmos! Quando nos damos conta e compreendemos os problemas, não podemos permanecer neutros e passivos.

Porém, a educação tradicional não possibilita interpretar a realidade, apenas a repetição. Novos métodos demonstram preocupação tanto com a alfabetização, como com o letramento, a visão de mundo, completando assim, o processo de leitura, escrita e interpretação. Não basta apenas decodificar, para Freire (2016, p. 64) “a finalidade da decodificação é atingir nível crítico de conhecimento, começando pela existência que o aluno tem da situação em seu contexto real”. O ato de perceber a codificação representa ver, compreender e agir na realidade.

Freire salienta que a educação necessita ser precedida de reflexão, quando “os homens são, porque estão numa situação. Quanto mais refletirem de maneira crítica sobre a própria existência, mais agirão sobre ela, mais serão”. (Freire, 2016, p. 66). Porém, se há ausência de reflexão, corre-se o risco de levar o homem à condição de objeto, e como freirianos que somos, não podemos, pois “a vocação do homem é ser sujeito, não objeto”. (Freire, 2016, p. 67).

Na condição de objeto, aceitamos a realidade sem refletir e questionar, somos meros bonecos na mão de quem tem o poder. Por isso, o texto apresenta a educação como um instrumento, uma ferramenta para a construção do contexto social, com intenção e reflexão sobre a situação, nos tornamos sujeitos pensantes que podem intervir na realidade e modificá-la. Freire (2016, p. 71), destaca que “a resposta dada pelo homem a um desafio não muda somente a realidade que se opõe a ele e à qual ele mesmo se opõe; essa resposta também muda ele próprio” [...] Em resumo, pela ação e em sua ação somos construídos, nas respostas frente aos desafios, vamos nos criando e estabelecendo relações, criando histórias em resposta aos desafios encontrados.

Segundo Freire (2016, p. 74-75), temos dois caminhos, “fazer história, ou ser levado por ela”! E tal decisão tem na conscientização o poder de mudança, fazer da conscientização o objetivo da educação: com uma postura crítica, reflexiva e que resulte na ação. Eis o segredo a ser compartilhado! Encontrar uma nova realidade, que vai ser desvelada por meio da práxis, no ato concreto, comprometido com a com a coletividade e com o ambiente.

Após leitura e reflexões a partir de Freire, alguns elementos podem ser considerados essenciais, entre eles: a visão de mundo em seu contexto histórico e cultural, princípios da autonomia, do protagonismo, da abordagem libertadora, da conscientização, a luta constante contra a opressão e a massificação da sociedade. Nota-se que o texto de Freire permanece atual e necessário à construção da práxis.

Conclusões

O artigo possibilitou refletir sobre a sociedade contemporânea, os pressupostos de conscientização, tendo a educação como prática da liberdade e a relação opressor e oprimido. Para Leff (2009, p. 200), “a crise ambiental é

uma crise da razão, do pensamento, do conhecimento”. Os autores Krenak (2020) e Freire (2016; 2020), discorrem sobre o atual modelo de sociedade capitalista, que demonstra preocupação com o individualismo e o consumo exagerado, que tem levado a natureza a exaustão.

A partir dos dois principais autores ao longo do texto, foi possível perceber pontos comuns, em relação a assumir uma postura crítica e consciente da realidade, bem como, sair da negação e partir para a ação.

Problematizações como a relação do ser humano com o ambiente, nos movem, e incomodam. É necessário superar a visão eurocêntrica, do modelo consumista e descartável, não falar só de um ponto de vista, valorizar a história e cultura brasileira, experienciar outras maneiras de ver o mundo, onde o posicionamento de natureza, homem e sociedade esteja em “pé de igualdade”.

Inspirados na cultura indígena, repensar sobre o nosso consumo e a necessidade de acumular, de possuir coisas, o que traz a falsa impressão de satisfação e causa um enorme impacto ambiental. O livro “Ideias para adiar o fim do mundo”, de Ailton Krenak, entre tantas outras obras e autores indígenas, pode auxiliar na transformação de pensamento, o sentimento de pertencimento e atitudes.

Bem como, pensar com Paulo Freire possibilita a conscientização para a transformação da realidade. A ótica freiriana pode auxiliar a desvelar a produção histórica, social, cultural, econômica e perceber que a trajetória poderia ser diferente.

Para isso, será necessário recomeçar e a educação é o caminho! Tendo em vista, a educação crítica como esperança para superar o desafio do conservacionismo, da massificação e a construção de uma sociedade democrática. Não se trata de uma missão fácil, mas o sonho nos faz sair do comodismo e buscar novas descobertas.

Krenak, assim como outros autores indígenas, ampliam a nossa visão de mundo e nos convidam a pensar diferente e compreender que seres humanos e não humanos fazem parte da mesma casa.

Estudos destacam, cada vez mais, o déficit de natureza, o distanciamento, o stress, a ansiedade e tantas outras doenças que prejudicam a qualidade de vida. Chegou a hora de refletir e nos conscientizar de que o nosso processo de colonização, assim como a educação bancária, só nos ensinou a reproduzir o que aprendemos, sem refletir e compreender o porquê estamos fazendo. Outros olhares e pesquisas abrem caminhos para novos conhecimentos, inspirados nos valores ancestrais, no saber da experiência, na educação crítica e na práxis.

Por fim, investir cada vez mais, em pesquisas baseadas na observação participativa, na interação com a sociedade invisível, negligenciada, silenciada, por tanto tempo, que detém o saber experienciado, tão necessário para a transformação.

O texto nos convida a questionar a maneira que nos relacionamos com o mundo e a refletir sobre o que nós enquanto educadores e sociedade, estamos fazendo para promover uma prática libertadora? A natureza, aqui chamada de ambiente, exige mudanças profundas para equilíbrio e vida no planeta.

Agradecimentos

A Universidade Estadual do Centro-Oeste pelo incentivo, possibilidade de publicação e divulgação da pesquisa. A Universidade Estadual de Ponta Grossa, que inspirou a escrita. Aos professores pesquisadores que unidos formam uma rede de interação e fortalecimento da Educação Ambiental paranaense, em especial a Professora Adriana Massaê Kataoka pela disponibilidade, dedicação e amorosidade.

Referências

ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. **Portal de Periódicos da ANPED**. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/biblioteca?keys=>>>. Acesso em: 28 julho 2024.

BONDÍA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, ANPED, n. 19, p. 20-28, abr. 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Resolução CNE/CP 2/2012** - Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. MEC: Brasília, 2012.

BRASIL. Lei nº. 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 mar. 2008. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm?msckid=0c0d30> Acesso em: 01 ago. 2024.

BDTD. Biblioteca Digital Teses e Dissertações. **Portal de periódicos da BDTD**. Brasília, 2024. Disponível em: <<https://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=%22educa%C3%A7%C3%A3o+ambiental+indigena%22&type=AllFields&limit=20>>

>. Acesso em: 28 julho 2024.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior. **Portal de Periódicos da CAPES**. Disponível em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>>. Acesso em: 28 julho 2024.

FREIRE, P. **Conscientização**. Tradução de Tiago José Risi Leme. São Paulo: Cortez, 2016.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 48. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020. 189 p.

GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na educação**. Campinas: Papirus, 1995. 107 p.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LEFF, E. **Discursos Sustentáveis**. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

LIMA, G. F. C. Crise ambiental, educação e cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P;

CASTRO, R. S. (Org.). **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo, Cortez, 2002. p. 1-23.

LOUREIRO, C. F. B. Complexidade e dialética: contribuições à práxis política e emancipatória em educação ambiental. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 131-152, jan./abr. 2006.

MATOS, Arthur Barbosa; KIM, Catarina A Hyun; RODRIGUES, Evelen Stefani; COSTA, Júlia Carina Orfão. Pesquisas em Educação Ambiental indígena: o que é estudado?. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 19, n. 4, p. 180–188, 2024.

UFPR. Universidade Federal do Paraná. **Biblioteca Digital: Teses e Dissertações**. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/284/discover?query=%E2%80%99Ceduca%C3%A7%C3%A3o+ambiental+ind%C3%ADgena%E2%80%9D&submit=&filtertype_0=dateissued&filter_relational_operator_0>equals&filter_0=%5B2000+TO+2024%5D>. Acesso em: 28 julho 2024.

UTFPR. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. **Repositório Institucional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (RIUT)**. Disponível em: <<https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/simple-search?query=%22educa%C3%A7%C3%A3o+ambiental+ind%C3%ADgena%22>>. Acesso em: 28 julho 2024.